ENTRE A DISCIPLINA E A EDUCAÇÃO: A DISCRICIONARIEDADE E OS DESAFIOS IDENTITÁRIOS DOS AGENTES DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVOS

Mayara Cristina da Silva Faustino Catalão – UFRJ

mayaracristinafaustino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A Política de Socioeducação no Brasil, orientada pelos princípios dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e regulamentada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012), propõe a ressocialização de adolescentes que cometeram atos infracionais por meio de medidas socioeducativas que priorizam, dentre outros aspectos, a educação e a cidadania.

No entanto, no que pese a implementação dessa política no estado do Rio de Janeiro, vemos que os agentes de segurança socioeducativos, aqui entendidos como burocratas de nível de rua (LIPSKY, 2019), podem esbarrar em tensões estruturais e práticas no cotidiano profissional. Responsáveis por articular segurança e educação, esses profissionais operam em um cenário marcado por escassez de recursos, ambiguidades institucionais e sobreposições de funções. Nesse contexto, a discricionariedade emerge como uma ferramenta essencial para a execução de suas atribuições, mas também como um elemento que pode comprometer a efetivação das atribuições dos agentes em atender essas duas frentes de atuação de maneira integrada.

Posto isto, o presente trabalho tem por objetivo analisar como a literatura e as normativas relativas ao cargo abrem espaço para o exercício da discricionariedade que pode influenciar o equilíbrio entre a disciplina e a educação nas práticas dos agentes de segurança socioeducativos, lotados no Departamento de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE/RJ). Vinculado à uma pesquisa mais ampla e ainda em desenvolvimento, no programa de mestrado em Educação, este estudo é de natureza qualitativa e exploratória e pretende, através de um levantamento bibliográfico e análise de normativas que regulamentam o trabalho desses agentes, discutir como as condições

de trabalho e os desafios institucionais existentes interferem na sua capacidade de pôr em prática o binômio segurança-educação previstas para o cargo.

DESENVOLVIMENTO

A implementação da política de socioeducação no Brasil enfrenta desafios substanciais, especialmente quando analisada a partir da atuação dos agentes de segurança socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. Esses profissionais são centrais para a execução das medidas socioeducativas, uma vez que representam a interface direta entre o que foi desenhado e a implementação propriamente dita da política, considerando que “São esses agentes que determinam o acesso do público a direitos e benefícios governamentais e é por meio deles que a população consegue acessar a administração pública [...]” (LOTTA, 2012, p. 4). Face ao exposto, entende-se que a função desempenhada por eles não está isenta de tensões.

Ao assumir simultaneamente as responsabilidades de assegurar a disciplina e promover um atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei, os agentes enfrentam a necessidade de administrar tarefas que, por vezes, podem ser percebidas como contraditórias. Produções da área destacam que esses profissionais, por estarem na linha de frente da interação com os adolescentes, desempenham um papel fundamental na tradução das diretrizes normativas em ações práticas e utilizam seu espaço de discricionariedade, para interpretar e eventualmente adaptar as normas à realidade local (LIPSKY, 2019).

Contudo, o exercício dessa discricionariedade é condicionado, normalmente, por fatores como a formação inicial e continuada, as condições de trabalho, a superlotação nas unidades e as pressões institucionais por controle. Logo, ao investigar as atribuições definidas para os agentes de segurança socioeducativos, observa-se que a reestruturação promovida pela Lei nº 2097/16, que unificou as funções de agentes educacionais e de disciplina em um único cargo, intensificou as ambiguidades pertinentes ao fazer profissional desses sujeitos. A dualidade entre as demandas por disciplina e educação, muitas vezes paradoxais, pode resultar em práticas díspares no cumprimento das diretrizes postuladas na política pública e nos documentos norteadores.

Se, por um lado, a integração dos papéis foi proposta como estratégia de fortalecimento do caráter pedagógico da socioeducação, por outro, ela gerou conflitos identitários, uma vez que “entender o DEGASE enquanto instituição em processo é também entender a função de agente socioeducativo como algo inacabado, que se vê entre o que é tido como um antigo paradigma atravessado pela violência e um novo modelo legalista e ideal de atuação”. (VINUTO, 2019, p. 56)

Por essa ótica, torna-se premente problematizar como a discricionariedade dos agentes de segurança socioeducativos pode ser exercida de maneira ética e consistente, pressupondo que esses implementadores, no limite, representam e respondem pela Administração Pública (LOTTA, 2019), buscando, por consequência, evitar que as tensões entre controle e educação culminem em práticas que reforcem ou produzam desigualdades, bem como comprometam a garantia de direitos dos adolescentes atendidos.

Além disso, a preservação da identidade profissional dos agentes enquanto burocratas de nível de rua demanda, sobretudo, a valorização de suas trajetórias individuais e coletivas, reconhecendo que o exercício de sua função transcende a aplicação de normas, tornando-se imperativo reconhecer a relevância da formação continuada, do suporte institucional e das condições de trabalho, evoluindo para uma síntese mais harmoniosa entre segurança e educação, sem abrir mão da função social inerente ao seu cargo e do fortalecimento de sua identidade enquanto servidor público.

CONCLUSÃO

Considerando o exposto, torna-se possível depreender que o fortalecimento da identidade profissional dos agentes de segurança socioeducativos é fundamental para superar os desafios inerentes à implementação da política de socioeducação no estado do Rio de Janeiro. A discricionariedade, enquanto elemento inseparável da prática de um agente público, deve ser mobilizada com responsabilidade ética e institucional.

Nesse sentido, garantir formação continuada, condições de trabalho adequadas e suporte institucional é imprescindível. Tais fatores não apenas promovem maior segurança na atuação desses implementadores, como também legitimam suas decisões e experiências. Superar as ambiguidades e tensões que permeiam a sua prática profissional

exige elaboração de políticas que reconheçam a relevância dos agentes como atores centrais na garantia dos direitos dos adolescentes. O investimento em estratégias que conciliem segurança e educação, sem desconsiderar o contexto complexo em que atuam, é crucial para o fortalecimento de sua identidade e para a efetividade da socioeducação no estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei 8.069/90 de 13 de julho de 1990**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília/DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 16 jan. 2025.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112594.htm> Acesso em: 10 jan. 2025.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Ed. 30. Brasília. ENAP, 2019. Disponível em: < https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2025.

LOTTA, Gabriela S. **O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade**. IN: Faria, C. A. (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://perguntasapo.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/pend-08-gabriela-s-lotta-2-revisado-2.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

VINUTO, Juliana. **O outro lado da moeda: o trabalho dos agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro**. 2019. 299f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <>. Acesso em: 07 jan. 2025.